



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora



CURSO/PERÍODO

DIREITO - 3º PERÍODO - DATA: 03/04/2017

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Disciplina: Garantias Fundamentais e Direitos Humanos
Professor: Me. Mário César Martins de Miranda

Questão 01

A Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional. Uma substituição à Liga das Nações, a organização foi estabelecida em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial.

A respeito da estrutura das Nações Unidas que baseia-se em cinco principais órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Secretariado e o Tribunal Internacional de Justiça, responda:

- Poderão ser admitidos como membros da ONU todos os Estados que o desejarem, independentemente de condições de natureza política ou de qualquer outro teor.
- Principal órgão da ONU, a Assembleia Geral é composta de todos os membros da organização, tendo cada Estado-membro direito a apenas um representante e um voto.
- O Conselho de Segurança da ONU compõe-se de cinco membros permanentes e de dez membros não permanentes, todos indicados pelo próprio Conselho, devendo estes últimos cumprir mandato de dois anos.
- O secretário-geral da ONU, eleito pelo Conselho de Segurança mediante recomendação dos seus membros permanentes, tem o dever de atuar em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Tutela, além de desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas por esses órgãos.

Questão 02

Segundo informações do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), no Brasil, nos últimos 20 anos, 70% dos casos de assassinatos a jornalistas ficaram impunes. O CPJ contabilizou 23 assassinatos entre 1992 e 2012, sendo quatro ocorreram de janeiro a abril de 2012. Desse total, quatorze não foram punidos. Diante desse quadro, sindicatos de jornalistas de vários estados brasileiros propuseram à Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal a federalização da investigação desses crimes, porque, segundo esses sindicatos, tais crimes caracterizam graves violações de Direitos Humanos. Para que a investigação e o julgamento de tais violações sejam federalizados é necessário que fique demonstrado que se trata de grave violação de Direitos Humanos afirmados em Tratados internacionais, dos quais o Brasil seja parte e pode, por isso mesmo, responder diante de instâncias internacionais. Além disso, é preciso que

- os familiares das vítimas entrem com o pedido de incidente de deslocamento de competência perante o STJ que deve julgá-lo favoravelmente.
- os familiares das vítimas entrem com um mandado de segurança perante o STF que deve julgá-lo favoravelmente.
- as autoridades locais entrem com o pedido de incidente de deslocamento de competência perante o STJ que deve julgá-lo favoravelmente.
- o Procurador Geral da República entre com o pedido de incidente de deslocamento de competência perante o STJ que deve julgá-lo favoravelmente.

Questão 03

A criação das Nações Unidas, com suas agências especializadas, demarca o surgimento de uma nova ordem internacional, inclusive a proteção internacional dos direitos humanos. Associe abaixo cada órgão enumerado da ONU à sua competência:

ÓRGÃO

I. Assembleia Geral.

II. Corte Internacional de Justiça.

III. Conselho Econômico e Social.

IV. Conselho de Tutela.

COMPETÊNCIA

- a) Fomentar o processo de descolonização e autodeterminação dos povos, a fim de que pudessem alcançar, por meio de desenvolvimento progressivo, governo próprio.
- b) Promover a cooperação em questões econômicas, sociais e culturais e fazer recomendações destinadas a promover o respeito e a observância dos direitos humanos.
- c) Discutir e fazer recomendações relativas a qualquer matéria objeto da Carta das Nações Unidas.
- d) Decidir acerca das questões contenciosas e consultivas, todavia somente nas questões em que os Estados são partes perante ela.

Marque a CORRETA relação:

- a) I (c); II (d); III (b); IV (a).
- b) I (a); II (d); III (b); IV (c).
- c) I (c); II (d); III (a); IV (b).
- d) I (d); II (c); III (b); IV (a).

Questão 04

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948, objetiva delinear uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade da pessoa humana. Leia e analise as assertivas abaixo:

- I. A Declaração compreende um conjunto de direitos e faculdades sem as quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual.
- II. Sendo universal, é aplicável a todas as pessoas de todos os países, raças, religiões e sexos, condicionada à aplicação ao regime político dos territórios nos quais incide.
- III. Consolida a afirmação de uma ética universal, ao consagrar um consenso sobre valores de cunho universal a serem seguidos pelos Estados.

Marque a opção CORRETA.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- d) Somente a assertiva I está correta.

Questão 05

Considerando o posicionamento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal sobre os tratados internacionais de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos ratificados anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004 têm hierarquia infraconstitucional, mas supralegal.
- b) Apenas os tratados internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil antes da Emenda Constitucional nº 45/2004 são materialmente e formalmente constitucionais.
- c) Os tratados internacionais sobre direitos humanos, aprovados nas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, apresentam hierarquia de norma supraconstitucional.
- d) Os tratados internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil após a Emenda Constitucional nº 45/2004 apresentam a mesma hierarquia de lei federal.

Questão 06

A Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- a) não apresenta força jurídica vinculante, entretanto consagra a ideia de que, para ser titular de direitos, a pessoa deve ser nacional de um Estado-membro da ONU.
- b) não prevê expressamente instrumentos ou órgãos próprios para sua aplicação compulsória.
- c) prevê expressamente a proteção ao meio ambiente como um direito de todas as gerações, bem como repudia o trabalho escravo, determinando sanções econômicas aos Estados que não o combaterem.
- d) é uma declaração de direitos que deve ser respeitada pelos Estados signatários, mas, devido ao fato de não ter a forma de tratado ou convenção, não implica vinculação desses Estados.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial I

Professor: Dr. Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 07

Amâncio, Jota e Jotinha fazem pacto de morte. Os três combinam de entrar em um local onde ficavam vários botijões de gás da cozinha de determinado restaurante, trancar as portas e abrir as torneiras de gás, simultaneamente. Assim fora feito: cada um deles abriu uma torneira de gás provocando o vazamento do produto tóxico. Funcionários do estabelecimento, ao perceber o vazamento acionam o corpo de bombeiros os quais, ao arrombar a porta, depararam com os três suicidas. Todo esforço foi feito para salvá-los, porém, o único sobrevivente foi Jotinha, os demais morreram. Diante o fato hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) Os três praticaram o delito de participação em suicídio previsto no artigo 122 do Código Penal.
- b) Jotinha responderá por participação em suicídio, na modalidade “auxiliar”, previsto no artigo 122 do Código Penal.
- c) Jotinha responderá por homicídio doloso face aos amigos Amâncio e Jota.
- d) Pelo fato do acordo, ou pacto de morte, feito pelos três, o fato é atípico, portanto Jotinha não responderá por nenhum crime.

Questão 08

Amado Augusto, jovem de família conservadora, toma conhecimento de que sua noiva Sélvia Silva, com quem está prestes a casar, se encontra no segundo mês de gravidez. Preocupado em não envergonhar seus familiares, Amado empreende todo esforço para convencer Sélvia a realizar aborto. Para tanto, orienta-a a procurar uma conhecida clínica clandestina situada próxima a sua residência. O procedimento abortivo realizado cirurgião Kiko Dias, provoca em Sélvia uma lesão leve (peque escoriação), em face de su comportamento negligente. Indique o(s) crime(s) praticado(s) por Amado Augusto, Sélvia Silva e Kiko dias, respectivamente:

- a) consentimento para o aborto, consentimento para o aborto e aborto provocado por terceiro.
- b) consentimento para o aborto, consentimento para o aborto e aborto praticado por terceiro com consentimento da gestante, em concurso material de crimes com o delito de lesão corporal leve.
- c) autoaborto, aborto provocado por terceiro com consentimento da gestante e aborto provocado por terceiro com consentimento da gestante em concurso material com lesão corporal de natureza leve.
- d) consentimento para o aborto, aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado e aborto provocado por terceiro com consentimento da gestante em concurso material com lesão corporal de natureza leve.

Questão 09

Analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta:

I. De acordo com o Código Penal, no crime subsidiário de expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente, o legislador incluiu uma causa de aumento de pena específica quando o crime decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais, a qual majora a pena de um sexto a um terço.

II. Não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante.

III. No crime de homicídio, a prática deste mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe são circunstâncias que, apesar de não qualificar o crime, caracterizam-se como causas de aumento de pena.

IV. Krespim cometeu o crime de homicídio contra Maremâncio. Apurou-se que Krespim cometeu o crime sob o domínio de violenta emoção logo em seguida a injusta provocação de Maremâncio. Nessa hipótese, pelo que dispõe o Código Penal e desconsiderando outros eventuais fatores, é correto afirmar que o juiz poderá reduzir a pena de Krespim.

V. O crime de “perigo de contágio venéreo”, tipificado pelo artigo 130 do Código Penal, traz a seguinte redação: *Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado.* Esse crime admite como sujeito passivo qualquer pessoa, inclusive a prostituta e garota de programa, já no polo ativo não admite qualquer pessoa, haja vista ser um crime próprio.

Estão corretas apenas:

- a) I, III e IV
- b) I, II e V
- c) I, II, IV e V
- d) I, II, III e IV

Questão 10

Em relação aos crimes contra a vida, é correto afirmar que:

- a) a genitora que mata o neonato, sob o estado puerperal e logo após o parto, responderá por homicídio duplamente qualificado pelo recurso que dificultou a defesa da vítima e por meio insidioso.
- b) o feminicídio, previsto no art. 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal, exige que o crime seja praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino envolvendo violência doméstica ou familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- c) para configuração do homicídio privilegiado, previsto no art. 121, § 1º, do Código Penal, basta que o agente cometa o crime sob o domínio de violenta emoção.
- d) nas lesões culposas verificadas entre os mesmos agentes, é possível aplicar a compensação de culpas.

Disciplina: Direito Ambiental Professor: Me. Aduino José de Oliveira

Questão 11

O direito ao meio ambiente é um direito de interesse

- a) individual homogêneo de grande relevância social.
- b) coletivo.
- c) difuso.
- d) exclusivo do poder público.

Questão 12

(OAB CESPE Nacional Exame 2009.2) Assinale a opção correta com relação aos princípios do direito ambiental.

- a) Em conformidade com o princípio do desenvolvimento sustentável, o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas as necessidades do tempo presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.
- b) O princípio do poluidor-pagador estabelece que a pessoa, física ou jurídica, antes de desenvolver atividade considerada causadora de degradação ambiental, terá de pagar para evitar a contaminação.
- c) O ressarcimento do dano ambiental deve ocorrer, preferencialmente, mediante indenização em dinheiro, e, secundariamente, pela reparação natural do ambiente degradado.
- d) Conforme o princípio do limite, o particular que pretenda desenvolver atividade ou empreendimento que cause significativa degradação ambiental tem o dever de fixar parâmetros que levem em conta a proteção da vida e do próprio meio ambiente.

Questão 13

(VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz) Leia atentamente as assertivas que seguem e, depois, proceda à sua vinculação com os princípios enunciados, na correta ordem sequencial.

I. Manter as bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, e igualmente garantir uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.

II. Assegurar a solidariedade da presente geração em relação às futuras, para que também estas possam usufruir, de forma sustentável, dos recursos naturais.

III. Impedir a ocorrência de danos ao meio ambiente, por meio da imposição de medidas acautelatórias, antes da implantação do empreendimento e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

IV. Instituir procedimentos capazes de embasar uma decisão racional na fase de incertezas e controvérsias, de forma a diminuir os custos da experimentação.

V. Internalizar os custos resultantes dos danos ambientais, ou seja, levá-los em conta na elaboração dos custos de produção e, conseqüentemente, assumi-los.

VI. Evitar que o “custo zero” dos serviços e recursos naturais acabe por conduzir o sistema de mercado à hiperexploração do meio ambiente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário pagador.
- b) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, precaução, prevenção, poluidor-pagador, usuário pagador.
- c) Solidariedade intergeracional, desenvolvimento sustentável, precaução, prevenção, usuário pagador, poluidor-pagador.
- d) Solidariedade intergeracional, desenvolvimento sustentável, prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário pagador.

Questão 14

Com relação aos princípios reconhecidos como princípios gerais na área ambiental e suas aplicações, julgue os itens a seguir:

I – Caso um empreendedor assuma esses princípios como parte da filosofia de sua empresa, ao executar um projeto de duplicação de rodovias e assim fazer uso de áreas de empréstimo, deve promover, imediatamente, após o término do uso, a recuperação da paisagem.

II – As audiências públicas em processos de licenciamento atendem ao princípio da participação.

III – A proposta de criação e manutenção de uma unidade de conservação, por um empreendedor do setor de mineração, em local próximo à região onde ele pretende desenvolver atividade de extração, é um mecanismo que se enquadra no princípio da reparação.

IV- O princípio do poluidor-pagador constitui medida punitiva que, por suas características, não serve como instrumento de regulação na economia ambiental.

V- O princípio da prevenção encontra-se presente no processo de licenciamento ambiental.

- a) Apenas os itens I e II estão certos;
- b) Apenas os itens I e III estão certos;
- c) Apenas os itens I, II e V estão certos;
- d) Todos os itens estão certos.

Questão 15

(Procurador do Estado de Alagoas 1ª Classe PGE – AL 2009 CESPE) Assinale a opção correta com relação aos princípios gerais do direito ambiental.

- a) O princípio da participação popular na proteção do meio ambiente é assegurado por meio das audiências públicas em procedimentos de licenciamento e de estudo de impacto de vizinhança.
- b) O princípio da prevenção aplica-se a eventos incertos e prováveis causadores de dano ambiental.
- c) Não há possibilidade de correlação de mais de um princípio na análise de um caso concreto de dano ambiental.
- d) Se, na análise de determinado problema, houver a colisão de dois princípios ambientais, um deverá prevalecer e o outro será obrigatoriamente derogado.

Disciplina: Direito Civil – Das Obrigações I Professor: Érica Cristina Molina
--

Questão 16

Marcelo e André são amigos de longa data. Marcelo, passando dificuldades financeiras, convencionou contrato de comodato (empréstimo) com André, que, proprietário de um apartamento, lhe empresta o apartamento, restando determinado que o prazo para devolução do mesmo era 31/12/2016. Ocorre que Marcelo não devolveu o imóvel no final do prazo do contrato e, agora, através de ação judicial está alegando direito de reter o imóvel porque realizou benfeitorias no mesmo, requerendo, assim, indenização. Em sua petição Marcelo informou que realizou em fevereiro de 2017, benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias e ainda, que o apartamento lhe gerou frutos (aluguel), nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, porque sublocou um dos quartos. Neste caso, Marcelo:

- (a) terá direito à indenização das benfeitorias necessárias.
- (b) terá direito à indenização aos frutos percebidos, inclusive os que tenham sido antecipados, porque estava de boa-fé.
- (c) terá direito às benfeitorias úteis, porque estava de má-fé.
- (d) não terá direito à indenização nem pelas benfeitorias, nem pelos frutos.

Questão 17

Jurema comprou uma casa de Mariana. Quando ingressou no imóvel e iniciou a arrumação de sua mudança, Jurema encontrou uma tela pintada por um artista de renome mundial, inadvertidamente deixada por quem executou a mudança de Mariana. Procurada por Mariana, Jurema recusa-se a devolver a obra de arte em questão. Sobre os fatos narrados, é correto afirmar que:

- (a) assiste razão a Jurema, pois o quadro é uma benfeitoria que segue a sorte do bem principal;
- (b) assiste razão a Jurema, pois o quadro é um produto da casa e, como tal, deve acompanhá-la;
- (c) não assiste razão a Jurema, pois o quadro, por ser uma acessão, não acompanha o bem principal;
- (d) não assiste razão a Jurema, pois o quadro, considerado pertença, não segue a sorte do bem principal.

Questão 18

Maria do Carmo comprou um vestido de noiva que pertenceu a Elizabeth Taylor de Leiloarte S/A para o seu casamento que se realizaria dia 20/10/2016, dia agendado também para a entrega do vestido. Em 10/10/2016 houve uma forte tempestade na cidade e um raio incendiou o atelier de costura onde o vestido de Maria do Carmo estava guardado. Nesse mesmo dia, vários incêndios ocorreram na cidade, também causados por raios. Neste caso, a obrigação é de:

- (a) dar coisa certa e se perdeu com culpa do devedor que deverá devolver as importâncias recebidas.
- (b) fazer e se perdeu com culpa do devedor que deverá indenizar Maria do Carmo por perdas e danos.
- (c) dar coisa certa e se perdeu sem culpa do devedor, resolvendo-se.
- (d) dar coisa incerta e se perdeu quando o devedor já estava em mora.

Questão 19

Jacqueline encomenda a Afranio, artista de prestígio, um quadro representando seu retrato. Dois dias após a celebração do contrato, antes de iniciar a execução do quadro, Afranio sofre um acidente de automóvel e fratura seus dois braços, ficando impossibilitado de voltar a pintar. Neste caso, a obrigação é de:

- (a) dar e personalíssima, tendo se impossibilitado por culpa do devedor, rescindindo o contrato.
- (b) fazer e personalíssima, tendo se impossibilitado sem culpa do devedor, resolvendo o contrato.
- (c) fazer e personalíssima, tendo se impossibilitado por negligência do devedor, resolvendo o contrato.
- (d) dar e personalíssima, tendo se impossibilitado sem culpa do devedor, resolvendo o contrato.

Questão 20

Rita firmou uma obrigação com Hélio no sentido de lhe dar 3kg de trigo. No dia do cumprimento da obrigação, Rita alegou que sua plantação foi assolada por gafanhotos e, portanto, não poderia mais entregar o prometido. Qual a providência a ser tomada por Hélio?

- (a) Hélio poderá exigir o cumprimento da obrigação, ainda que o inadimplemento não tenha se dado por culpa de Rita, pois a coisa incerta nunca perece.
- (b) Hélio poderá exigir a devolução do pagamento do valor equivalente em dinheiro, resolvendo-se a obrigação porque houve perecimento sem culpa.
- (c) Hélio sofrerá as consequências do perecimento, porque a coisa perece para o dono.
- (d) Hélio poderá exigir o pagamento do valor em dinheiro, mais perdas e danos, porque houve perecimento de coisa certa por negligência da devedora.

Questão 21

Roberto e Janete foram contratados por Isabela para a confecção de uma mesa de jantar de madeira. Quando o bem estava pronto, Janete se descuidou e deixou o objeto em lugar exposto, sem qualquer proteção. No dia seguinte, o bem foi roubado. Com base nestas informações assinale a alternativa correta:

- (a) Trata-se de obrigação de entregar, cabendo aos devedores o pagamento do equivalente em dinheiro, mais perdas e danos por perecimento com culpa.
- (b) Trata-se de obrigação de fazer, tendo os devedores a obrigação de pagar o equivalente em dinheiro, mais perdas e danos, pela impossibilidade de cumprimento da obrigação com culpa dos devedores.
- (c) Trata-se de obrigação de entregar, não cabendo aos devedores o pagamento das perdas e danos, porque o perecimento, quando através de roubo, é considerado sem culpa.
- (d) Trata-se de obrigação de fazer, não cabendo aos devedores o pagamento das perdas e danos, porque o perecimento, quando através de roubo, é considerado sem culpa.

Disciplina: Teoria Geral do Processo Professor: Me. Christiano Francisco Vitagliano
--

Questão 22

O magistrado decretou sigilo de justiça em um processo em que havia discussão quanto à prática de assédio sexual para preservar o direito à preservação do direito à intimidade do interessado.

Quanto à questão acima assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de uma exceção ao princípio da publicidade.
- b) O magistrado não poderia ter decretado sigilo os atos devem ser de conhecimento de todos.
- c) O magistrado agiu incorretamente em desconformidade com o princípio da motivação
- d) N.d.a

Questão 23

Em sede principiológica os denominados informativos, há um que nos direciona que em matéria de regramento de direito processual, tudo deve ser feito de acordo com a lei: no ordenamento jurídico as regras processuais devem consonância com os princípios constitucionais, garantindo-se a igualdade de partes e a justiça da decisão; enquanto outro, por seu turno, determina que a normatização processual em um Estado de Direito deve ser coerente com esse modelo.

Estamos tratando dos seguintes princípios processuais informativos, respectivamente:

- a) da reserva legal e da economia processual
- b) princípio jurídico nos dois casos
- c) econômico e social
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 24

Quando o processo se encontra eivado de procedimento e conseqüências previstas em lei e que estejam em sintonia com os valores constitucionais e legais, como por exemplo, respeito ao contraditório e à ampla defesa. Sendo inclusive requisito para a privação de liberdade e dos bens. Estamos tratando do seguinte princípio processual, gize-se, mais **especificamente**:

- a) princípio da motivação
- b) princípio da privação da liberdade e dos bens
- c) princípio dos valores constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 25

Quanto ao Direito Processual podemos afirmar:

- a) Sua taxonomia é de direito misto
- b) Trata-se para alguns de direito substantivo
- c) Sua posição enciclopédica é de direito privado, pois a lide pode ser de direito civil como um contrato não cumprido
- d) Não se trata de direito material.

Questão 26

O magistrado decretou segredo de justiça em um processo em que havia discussão quanto à prática que envolvia interesse de menor para preservar o direito a preservação do direito à intimidade do interessado.

Quanto à questão acima assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se do princípio do segredo de justiça.
- b) O magistrado não poderia ter decretado sigilo.
- c) Trata-se do princípio da motivação
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 27

A existência de Varas Itinerantes em algumas justiças possibilita maior acesso do jurisdicionado ao Judiciário, bem como o papel da defensoria pública permite assistência dos mais hipossuficientes sem dizer na possibilidade de alguns casos nosso direito permitir a capacidade postulatória das partes.

Quanto a assertiva acima é correto afirmar que tais diretrizes todas possuem um ponto comum, ou seja, coadunam-se a qual princípio abaixo:

- a) Da inafastabilidade da jurisdição
- b) Da liberdade do jurisdicionado
- c) Da gratuidade da justiça.
- d) Do impulso oficial e da inércia de julgamento.

Disciplina: Direito do Consumidor Professor: Me. Mário César Martins de Miranda
--

Questão 28

Joãozinho, após acessar o Facebook, teve acesso a um conteúdo publicitário com os seguintes dizeres: compre um celular e receba o segundo gratuitamente. Interessado por tais aparelhos Joãozinho efetuou a compra pela internet e recebeu os aparelhos em sua residência. Após o primeiro uso, os aparelhos que não apresentavam qualquer tipo de vício ou defeito são recusados pelo comprador, por mero desejo em adquirir um equipamento mais moderno. Com base neste problema e no Código de Defesa do Consumidor, Joãozinho

- a) teria direito à substituição do produto por outro ou ao abatimento proporcional do preço ou à devolução do produto com a correspondente devolução do dinheiro pago, estas alternativas são opções do consumidor.
- b) tem direito de desistir da compra, desde que o faça em sete dias a contar do recebimento do produto.
- c) não pode efetuar a desistência por se tratar de uma venda promocional e vantajosa ao consumidor.
- d) tem o direito de desistir da aquisição eis que ele é vulnerável e hipossuficiente, desde que realize tal desistência no prazo de trinta dias.

Questão 29

Sobre serviço e o seu conceito legal no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, exceto as decorrentes das relações de caráter trabalhista, pode ser considerada como serviço, no âmbito da legislação consumerista.
- b) A atividade de natureza bancária é considerada como serviço para efeito do Código de Defesa do Consumidor .
- c) As empresas seguradoras, em razão da natureza do contrato de seguro, disciplinado pelo Código Civil, estão regidas apenas por este último, protegidas da incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor.
- d) O serviço de concessão de crédito está sujeito à incidência da legislação consumerista.

Questão 30

No Código de Defesa do Consumidor, consideram-se

- a) decadenciais os prazos de exercício de pretensão condenatória e prescricionais os das ações constitutivas.
- b) prescricional o prazo para a reclamação por vício aparente dos produtos e decadencial o prazo para reclamar por vício oculto dos produtos.
- c) decadencial o prazo para o exercício da pretensão à reparação pelos danos causados por fato do serviço e prescricional o prazo para a reclamação por vício aparente ou oculto de produto ou de serviço.
- d) prescricional o prazo para o exercício da pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto e decadencial o prazo para reclamar pelo vício do produto.

A razão pela qual algumas pessoas acham tão difícil serem felizes é porque estão sempre a julgar o passado melhor do que foi, o presente pior do que é e o futuro melhor do que será. *Marcel Pagnol*